

A China na América Latina

Lições para a Cooperação Sul-Sul e o Desenvolvimento

Rebecca Ray
Kevin P. Gallagher
Andres Lopez
Cynthia Sanborn





Global Economic
Governance Initiative

A Iniciativa de Governança Econômica Global da Universidade de Boston (GEGI) é um programa de pesquisas da Escola de Estudos Globais Frederick S. Pardee, do Centro Frederick S. Pardee de Estudos do Futuro de Longo Alcance e do Centro de Finanças, Direito e Políticas da Universidade de Boston. A GEGI foi lançada em 2008 com o objetivo de promover conhecimentos sobre a governança em prol da estabilidade financeira, do desenvolvimento humano e da proteção do meio ambiente que possam ser usados na formulação de políticas. www.bu.edu/gegi



O Centro de Pesquisas pela Transformação (CENIT) é uma fundação privada criada em 1990 que analisa possibilidades e alternativas de transformação econômica e social na Argentina e na América Latina. As pesquisas realizadas pelo CENIT geram lições importantes para a adoção de políticas e estratégias voltadas para a promoção de mudanças estruturais com vistas à promoção do crescimento econômico sustentável e inclusivo baseado no conhecimento e na inovação. www.fund-cenit.org.ar



O Centro de Pesquisas da Universidade do Pacífico (CIUP) foi fundado em 1972 como um centro interdepartamental e interdisciplinar que envolve seu corpo docente, acadêmicos associados e analistas de políticas. Sua missão é apoiar o desenvolvimento e a democratização do Peru em um contexto global diversificado e cada vez mais interligado. O centro realiza essa missão desenvolvendo pesquisas aplicadas sobre os principais desafios enfrentados naquele país e na sua região, influenciando debates públicos e a formulação de políticas públicas e capacitando profissionais e líderes com vocação para a excelência e a responsabilidade social. www.up.edu.pe/ciup



O Instituto de Desenvolvimento Global e Meio Ambiente (GDAE) é um instituto de pesquisa da Universidade de Tufts dedicado a promover uma melhor compreensão de como as sociedades podem alcançar seus objetivos econômicos e comunitários em bases ambiental e socialmente sustentáveis. O GDAE realiza a sua missão por meio de pesquisas originais, atividades relacionadas a políticas, projetos de publicações, desenvolvimento de currículos, conferências e outras atividades. www.gdae.org

Tabla de Contenidos

	PAG	
Seção 1	SUMÁRIO EXECUTIVO	2
Seção 2:	A CHINA COMO IMPULSIONADORA DE MUDANÇAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA	4
	2.1 Criação de empregos	7
	2.2 Impactos ambientais	8
	2.3 Enfrentando o desafio: salvaguardas sociais e ambientais inovadoras	12
	2.4 Avanços ameaçados: desafios para as proteções existentes	13
Seção 3:	O DESEMPENHO DOS INVESTIDORES CHINESES NA AMÉRICA LATINA	14
	3.1 Incentivos do país de origem de empresas que operam no exterior: o papel da fiscalização por parte dos credores	16
	3.2 A importância do envolvimento comunitário	18
	3.3 Relações entre governos e empresas e a importância da extensão e da aprendizagem	22
Sección 4	LIÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS	24
	4.1 Governos latino-americanos	24
	4.2 China e investidores chineses	25
	4.3 Sociedade Civil	26
	REFERÊNCIAS	28
	AGRADECIMENTOS	32

Tabelas e Figuras

Figura 1:	Participação da China nas exportações da ALC, por setor	5
Figura 2:	Exportações de produtos agrícolas e extrativos como uma proporção do PIB da LAC, por mercado	5
Figura 3:	Composição da cesta de exportações da ALC, por mercado	6
Figura 4:	Distribuição setorial dos fluxos de IDE para a ALC, 2008-2012	7
Figura 5:	Empregos apoiados pela atividade econômica geral e pelas exportações da ALC	8
Figura 6:	Impacto ambiental da atividade econômica geral e das exportações da ALC	9
Figura 7:	O “balanço de pagamentos” da água entre a ALC e a China	10
Figura 8:	“Balanço de pagamentos” de emissões de GEE entre a ALC e a China	10
Figura 9:	Áreas de alta biodiversidade, territórios indígenas e investimentos chineses	12
Figura 10:	Bolívia: Hotsopt de biodiversidade, territórios indígenas e minas chinesas	18
Figura 11:	Peru: Hotsopt de biodiversidade, territórios indígenas e minas chinesas	19
Figura 12:	Concessões de petróleo a empresas chinesas, biodiversidade e territórios indígenas, Equador	21
Imagem 1:	Moradores de Tacobamba, Bolívia, rejeitaram a presença de uma planta de processamento de minérios	19
Imagem 2:	Morococha (à esquerda) e Nueva Morococha (à direita), Peru	20

Imagem 3: Líderes dos Kichwa e Sápara protestam contra a Andes Petroleum em Nova York, 2014	22
Tabela 1: Perfil dos investidores chineses analisados em estudos de caso	15
Tabela 2: As regulações chinesas e as multilaterais comparadas	17

Seção 1: SUMÁRIO EXECUTIVO

O recente boom das commodities na América Latina acentuou drasticamente a degradação ambiental e os conflitos sociais nas Américas. Em grande parte, esse boom foi impulsionado por novas oportunidades de comércio e investimentos com a China e concentrou-se nos setores do petróleo, da extração mineral e da agricultura — setores endêmicos para a degradação ambiental que frequentemente geram conflitos sociais em torno de direitos e condições de trabalho. Apesar de algumas exceções dignas de nota, os governos latino-americanos não conseguiram amenizar os custos sociais e ambientais do comércio e dos investimentos resultantes do boom das commodities impulsionado pela China. Embora a China não possa ser responsabilizada pela maior parte dos problemas ambientais e sociais enfrentados na América Latina, é importante, à medida que aquele país se globaliza, amenizar os impactos sociais e ambientais das suas atividades globais para que ele possa manter boas relações com seus países anfitriões e reduzir possíveis riscos associados aos seus investimentos externos. Ainda que algumas empresas chinesas que atuam na América Latina tenham se mostrado capazes de aderir às melhores práticas na área social e ambiental, a maioria delas ainda não tem a experiência necessária ou não adota políticas adequadas para reduzir os impactos dos seus investimentos na região. Em decorrência do arrefecimento das economias latino-americanas, os governos da região estão sofrendo pressões crescentes para “racionalizar” seu processo de aprovação das relativamente poucas oportunidades de comércio e investimentos com a China e abafar a voz de organizações da sociedade civil que estão trabalhando no sentido de que governos e empresas estrangeiras sejam devidamente responsabilizados por suas ações. A adoção de políticas sociais e ambientais adequadas para maximizar os benefícios e minimizar os riscos da atividade econômica da China na América Latina constitui uma medida de interesse para os governos dos países latino-americanos e da China e também para empresas chinesas.

Essas são as conclusões do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas, uma iniciativa que envolve diversas universidades e é coordenada pelo Centro de Pesquisas pela Transformação (CENIT) da Argentina, pelo Centro de Pesquisas da Universidade do Pacífico (CIUP) do Peru, pela Iniciativa de Governança Econômica Global da Universidade de Boston (GEGI) e pelo Instituto de Desenvolvimento Global e Meio Ambiente da Universidade de Tufts (GDAE). Composto por oito estudos de país realizados por pesquisadores de universidades de todo o hemisfério, o estudo baseou-se em duas perguntas de pesquisa. Em primeiro lugar, até que ponto a China impulsionou, independentemente, mudanças ambientais e sociais na América Latina? Em segundo lugar, até que ponto as empresas chinesas atuam de uma maneira diferente das suas contrapartes nacionais e estrangeiras quando investem na América Latina?

Com base nos estudos de caso de país e nas nossas análises em nível agregado, verificamos que o comércio e os investimentos chineses na América Latina na primeira década e meia do século XXI podem ter sido os maiores impulsionadores da degradação ambiental observada na região, bem como uma fonte importante de conflitos sociais:

- As exportações latino-americanas para a China concentram-se muito mais em **produtos primários** – principalmente nos extrativos – do que suas exportações para o resto do mundo. Os investimentos chineses na América Latina também estão concentrados em setores primários.
- As exportações e investimentos do setor primário – especialmente de produtos primários extrativos – apoiam **muito menos empregos** do que as exportações de produtos manufaturados ou agrícolas. Por essas razões, as exportações da América Latina para a China apoiam

cerca de 20% menos empregos para cada US\$ 1 milhão pago por elas do que as exportações totais da região. À medida que as exportações latino-americanas para a China continuam a crescer, os benefícios das exportações totais em termos de empregos também se reduzirão necessariamente.

- As exportações latino-americanas para a China geram impactos ambientais mais intensos do que suas exportações totais: elas consomem cerca de duas vezes mais **água** e emitem um volume aproximadamente 12% mais alto de **gases de efeito estufa**. Além disso, os investimentos em infraestrutura financiados pelos chineses (como em barragens para gerar energia para a exploração de jazidas e campos de petróleo e em ferrovias para transportar os produtos até portos) representam ameaças extremamente graves para algumas das áreas de maior biodiversidade da América do Sul pelo **desmatamento** que provocam.

Em que pesem esses fatos negativos, identificamos alguns casos de melhores práticas adotadas por investidores chineses, governos latino-americanos e sociedade civil em resposta a essas pressões que devem ser usados como exemplos positivos:

- Os **governos latino-americanos** têm estabelecido e aplicado normas sociais e ambientais e exigido que empresas chinesas e empresas que exportam para a China as observem. Por exemplo, a legislação trabalhista do **Equador** exige que empresas petrolíferas estrangeiras contratem trabalhadores locais e eliminem disparidades entre trabalhadores diretos e subcontratados. No seu conjunto, essa legislação aborda as duas fontes mais comuns de conflitos trabalhistas para investidores chineses identificadas nos nossos estudos de caso. Da mesma maneira, o Peru tornou-se um líder regional em termos de transparência ao juntar-se à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (que exige relatos detalhados on-line dos fluxos de receitas entre governos e empresas extrativas) e trabalhar com investidores chineses para que também adiram a esse esforço.
- A **China** desenvolveu novas diretrizes importantes para investidores externos que incluem salvaguardas tanto ambientais como sociais. No entanto, muitas dessas diretrizes são fracas se comparadas às adotadas por suas contrapartes na economia mundial e carecem da transparência necessária para que possam ser usadas como ferramentas adequadas para uma gestão econômica eficaz.
- Identificamos alguns casos nos quais empresas chinesas excederam o previsto em normas locais, superando o desempenho de seus pares, como nos casos das empresas **Andes Petroleum** no Equador, **Chinalco** no Peru e **Golden Dragon Associates** no México.
- A **sociedade civil** latino-americana provou ser capaz de responsabilizar governos e empresas por ações indevidas. Organizações não governamentais (ONGs) organizaram e exigiram o estabelecimento de mecanismos de salvaguarda e fiscalização e lançaram campanhas globais contra o mais simbólico dos casos para promover uma maior conscientização e responsabilizar atores envolvidos em atos indesejáveis.
- ONGs, universidades e outros atores da sociedade civil também começaram a colaborar com governos e empresas chinesas para que aprendam com suas experiências e identifiquem maneiras de impedir (ou mitigar) conflitos.

Ainda há importantes desafios a serem superados que tendem a se agravar em decorrência do arrefecimento dos investimentos chineses, da queda dos preços das commodities e da perda de poder de barganha por parte dos governos latino-americanos na negociação de condições para investimentos

futuros. Especificamente, verificamos que:

- Os **governos latino-americanos** estão enfrentando pressões para relaxar alguns mecanismos existentes de proteção ambiental e social em decorrência do poder crescente dos ministérios responsáveis pelos setores da mineração e dos hidrocarbonetos no atual momento de alta no comércio de commodities. Para preservar os avanços que conquistaram, eles precisarão resistir às demandas por desregulação.
- As salvaguardas sociais e ambientais adotadas pela **China** para seus investimentos externos são inovadoras para um país de renda média, mas elas carecem de mecanismos importantes para garantir sua efetiva aplicação e transparência. Elas poderiam ser consideravelmente melhoradas se contemplassem mecanismos formais de reclamação e transparência, que permitiriam aos **governos** e à **sociedade civil** da América Latina ajudar na difícil tarefa de supervisionar o desempenho de investimentos no exterior.
- Os **investidores chineses** demonstram uma capacidade de observar e exceder normas locais, mas seu desempenho varia muito em diferentes regimes regulatórios e entre empresas mais experientes e outras mais novas. Os governos e a sociedade civil da América Latina têm um importante papel a desempenhar no sentido de melhorar o nível de desempenho geral de todas essas empresas, responsabilizando-as por seus atos e facilitando a aprendizagem entre elas.
- Grupos da **sociedade civil** latino-americana foram responsáveis por muitos dos recentes avanços observados na região no campo das políticas. Como os governos latino-americanos, eles precisam resistir às pressões pelo relaxamento desses mecanismos de proteção. Além disso, há muito espaço para eles trabalharem construtivamente com o governo chinês no sentido de fortalecer a fiscalização de investidores. No entanto, para que isso seja possível, eles precisarão, em primeiro lugar, desenvolver relações de trabalho construtivas com o governo chinês e com governos latino-americanos. Para tanto, precisarão desenvolver redes locais e transnacionais mais robustas, ganhar mais influência em debates nacionais sobre políticas e trabalhar construtivamente com governos sempre que surgirem oportunidades para fazê-lo.

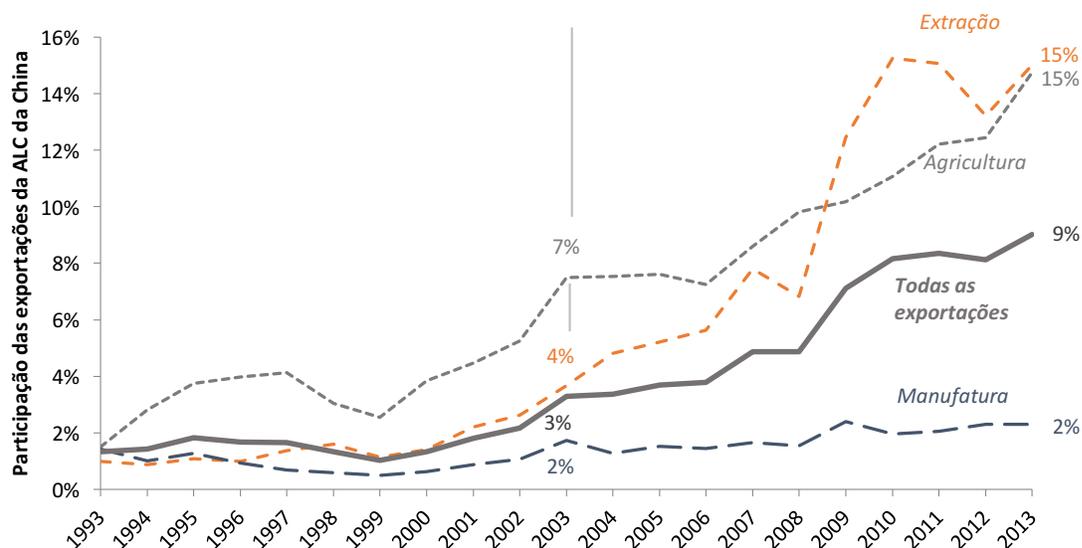
A China prometeu investir mais de US\$ 250 bilhões na América Latina ao longo de uma década. Os governos, as empresas e a sociedade civil precisarão trabalhar duro para garantir que esse investimento gere lucros e, ao mesmo tempo, proporcione melhores condições de vida para a população e mais proteção para o meio ambiente.

Seção 2: A CHINA COMO IMPULSIONADORA DE MUDANÇAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA

A China cresceu recentemente e se tornou um destino importante para exportações da região da América Latina e Caribe (ALC), ficando em segundo lugar apenas para os Estados Unidos. Em 1993, a China consumiu menos de 2% das exportações da região, mas em 2013 ela absorveu 9% delas. No entanto, essa importância foi bastante desigual entre diferentes setores de exportação. Como

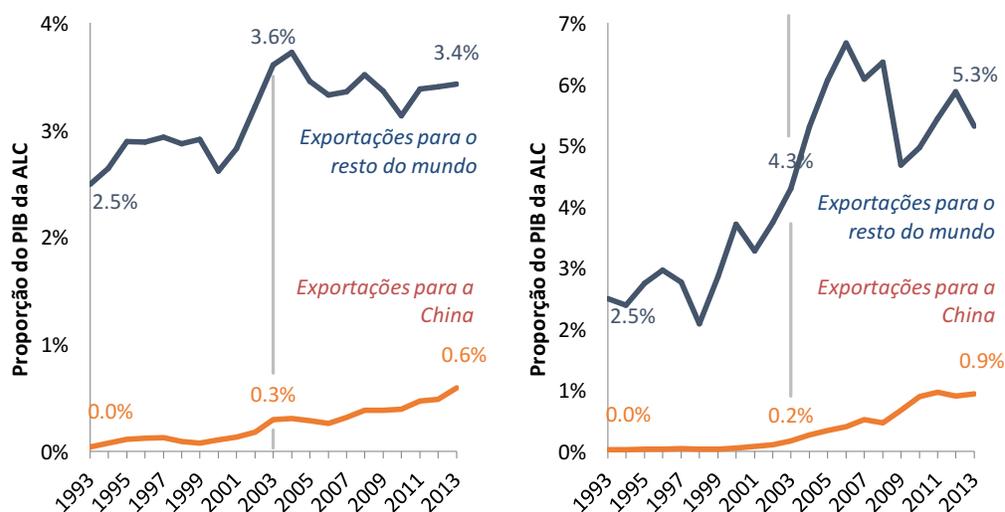
mostrado na Figura 1, ao longo da última década a China quase triplicou sua participação nas exportações da região, mais do que triplicou sua participação nas exportações de produtos extrativos e praticamente duplicou sua participação nas exportações agrícolas. No entanto, sua demanda por exportações de produtos manufaturados da ALC manteve-se praticamente estável em cerca de 2%.

FIGURA 1: Participação da China nas exportações da ALC, por setor



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Comtrade da ONU.

FIGURA 2: Exportações de produtos agrícolas e extrativos como uma proporção do PIB da LAC, por mercado



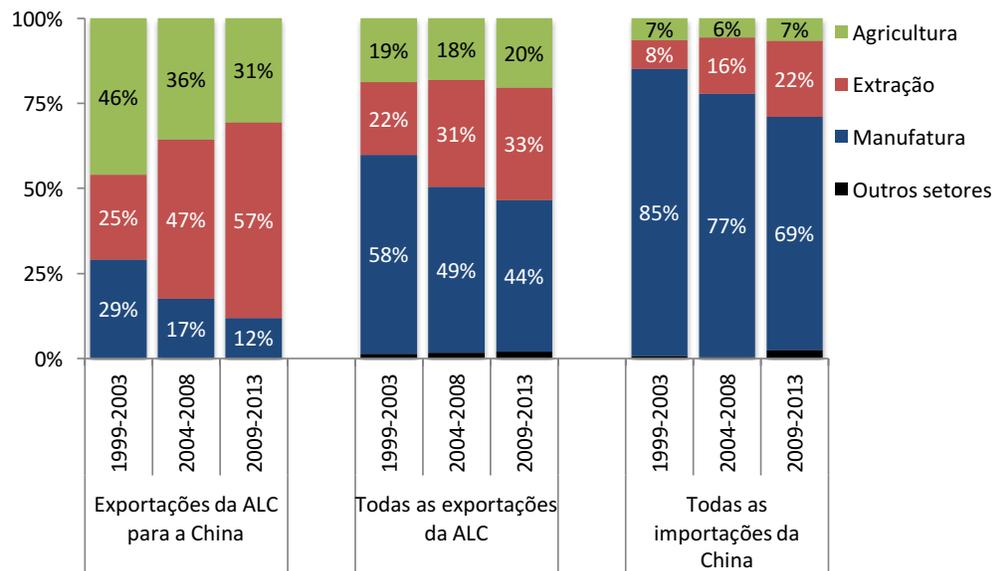
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Comtrade da ONU e do FMI.

Efetivamente, a China tem sido uma importante impulsionadora da expansão das exportações de produtos agrícolas e extrativos da ALC. Como mostrado na Figura 2, enquanto as exportações de produtos agrícolas e extrativos da ALC para a China têm crescido como um percentual do PIB, essas mesmas exportações para o resto do mundo têm se mantido estagnadas ou até caíram de um modo geral na última década. Além de os setores extrativistas e agrícolas da América Latina terem experimentado um crescimento significativo devido à demanda da China, essa demanda aumentou também o nível geral de preços das principais commodities ao longo do mesmo período, aumentando

significativamente os termos do comércio nas Américas.

Consequentemente, as exportações da ALC para a China passaram a concentrar-se cada vez mais em produtos extrativos e agrícolas. Como mostrado na Figura 3, entre 1999 e 2003 as exportações da ALC para a China eram bastante equilibradas entre seus três principais setores, mas uma década depois esse cenário mudou drasticamente, quando os produtos extrativos passaram a responder por mais da metade de todas essas exportações. As exportações da ALC para a China contrastam fortemente com suas exportações gerais, que são razoavelmente equilibradas a despeito do crescimento das exportações de produtos extrativos. Elas também não refletem a composição total das importações chinesas, caracterizada pela predominância de bens manufaturados. Essa crescente concentração em bens extrativos não reflete, no entanto, a sede cada vez maior da China por minérios, cuja participação nas importações do país cresceu de 8% a 22% ao longo do mesmo período.

FIGURA 3: Composição da cesta de exportações da ALC, por mercado

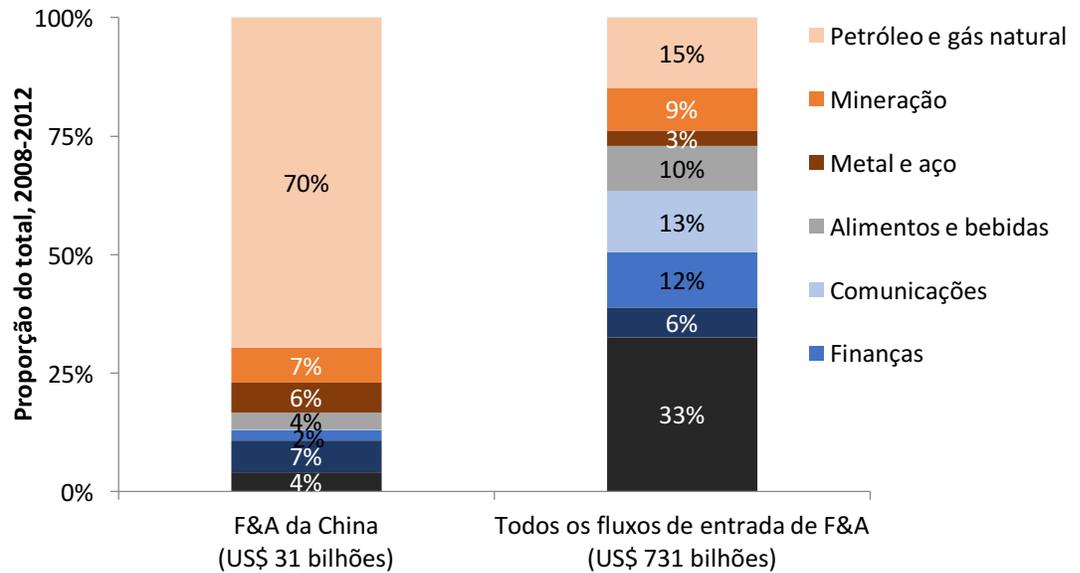


Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Comtrade da ONU.

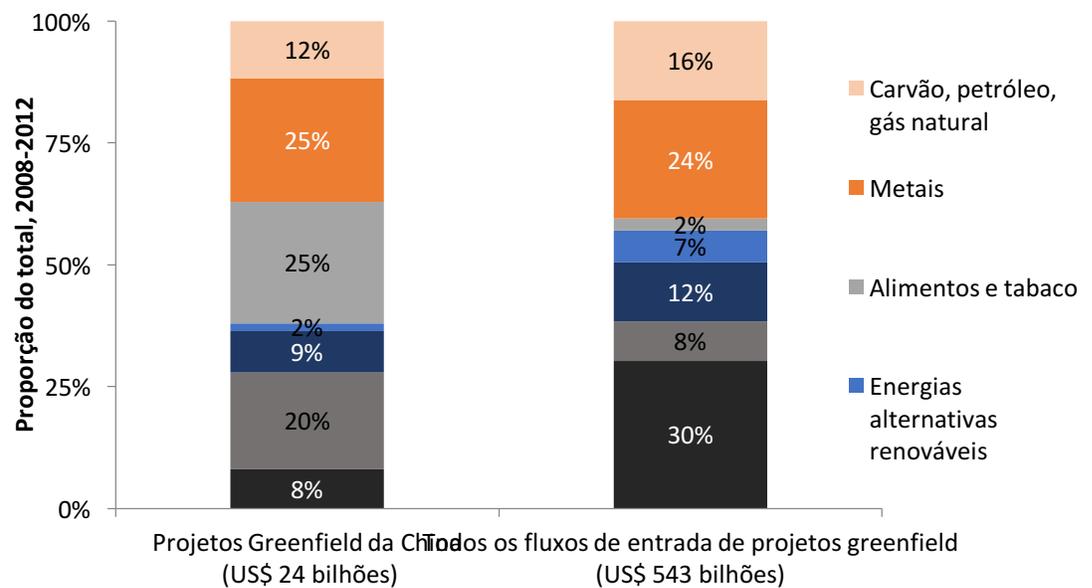
Os investimentos chineses na ALC também estão concentrados em setores primários. As Figuras 4 e 5 mostram, respectivamente, a distribuição setorial dos fluxos de IDE resultantes de fusões e aquisições (F&A) e de projetos greenfield (novos projetos em áreas sem a infraestrutura necessária). A maioria dos investimentos diretos da China na ALC tem sido feita por meio de fusões e aquisições e mais de dois terços deles têm sido canalizados para o setor de petróleo e gás. Em contraste, apenas 15% de todos os fluxos de investimentos de fusões e aquisições para a região têm sido canalizados para esse setor. Considerando todos os IDEs em projetos greenfield, a diferença da China é mais visível na agricultura. Os alimentos e o tabaco respondem por um quarto dos IDEs da China em projetos greenfield na ALC, mas por apenas 2% dos seus fluxos globais.

FIGURA 4: Distribuição setorial dos fluxos de IDE para a ALC, 2008-2012

Fusões e aquisições:



Projetos greenfield:



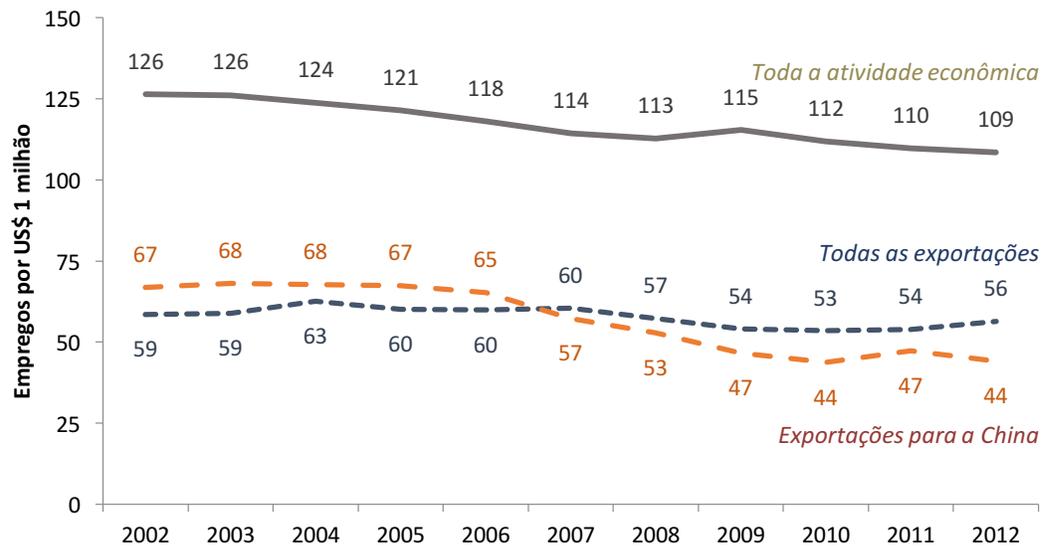
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados disponíveis nas bases de dados Dealogic (acima) e fDIMarkets (abaixo). As categorias diferem entre os dois valores devido a diferenças na fonte.

2.1 Criação de empregos

As exportações da América Latina para a China apoiam muito menos empregos do que suas exportações para o resto do mundo. Como a cesta das exportações da ALC para a China é muito diferente das exportações totais da região, seu impacto sobre os empregos também é diferente. Mais especificamente, devido à sua forte concentração em indústrias extrativas, as exportações da ALC para a China apoiam menos empregos por US\$ 1 milhão. A Figura 6 mostra a intensidade de mão de obra na atividade econômica geral da ALC, exportações e, especificamente, exportações da ALC para a Chi-

na. Na última década, a atividade econômica total apoiou muito mais empregos do que as exportações. Isso se deve, principalmente, à natureza extremamente intensiva em mão de obra da agricultura camponesa, que embora seja muito difundida na região não participa da produção para exportação. As exportações totais apoiam menos postos de trabalho, mas a intensidade da mão de obra tem se mantido relativamente estável: ela caiu de 59 para 56 empregos por US\$ 1 milhão. O número de empregos apoiados pelas exportações para a China, no entanto, caiu em mais de um terço para cada US\$ 1 milhão: de cerca de 70 em 2002 para menos de 45 em 2012.¹

FIGURA 5: Empregos apoiados pela atividade econômica geral e pelas exportações da ALC



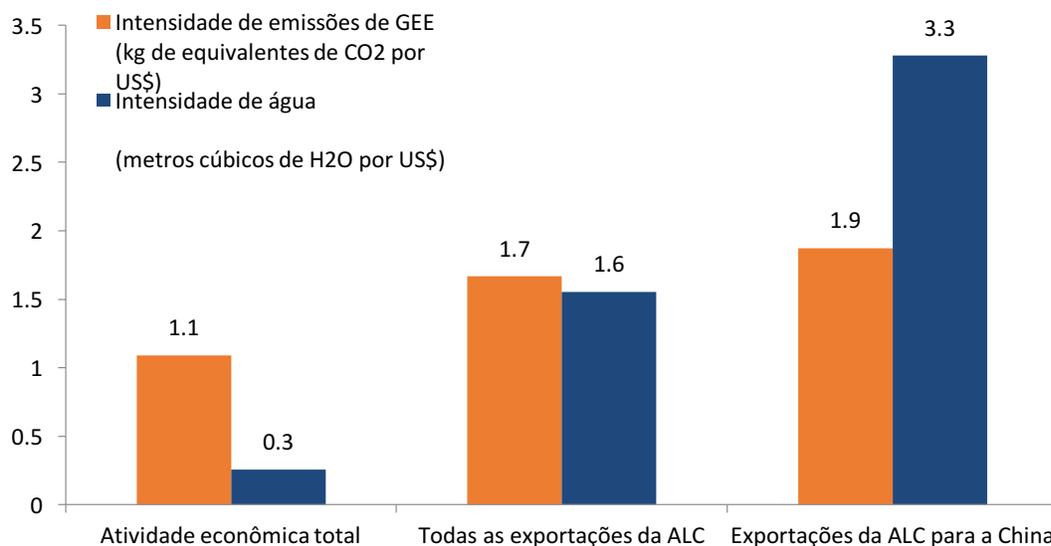
Fonte: Ray (2015a, no prelo).

2.2 Impactos ambientais

A desproporcional e crescente concentração das exportações da ALC para a China em produtos extrativistas e agrícolas gera uma pegada ambiental com características bem diferentes das de outras exportações. Esta seção analisa mais detalhadamente dois impactos ambientais, um dos quais é global (emissões de gases de efeito de estufa) e outro local (uso de água). Como mostrado na Figura 6, as exportações da ALC para a China geram mais gases de efeito estufa (GEE) e consomem mais água por dólar de produção do que outras exportações, além de fazerem isso em níveis muito mais elevados do que a atividade econômica global.

¹ É importante observar que a Figura 5 inclui apenas empregos diretos e não os indiretos. A intensidade de mão de obra direta média em toda a região é de 60,1 postos de trabalho no setor agrícola, 11,6 empregos no setor extrativista e 71,8 postos de trabalho no setor manufatureiro para cada US\$ 1 milhão gerado por cada setor. As estimativas para os empregos indiretos variam acentuadamente, até mesmo dentro de cada setor. De acordo com o Banco de Dados Mundial de Insumo-Produto (Timmer 2012), para cada dólar de produção a extração cria cerca de duas vezes mais demanda para setores a montante (indiretos) como o setor agrícola no Brasil, apenas cerca de um terço no México e aproximadamente três quartos em países não membros da OCDE. Com base nessas estimativas, é altamente improvável que o número total de empregos (diretos e indiretos) no setor extrativista supere os mostrados aqui para a geração de empregos em outros setores.

FIGURA 6: Impacto ambiental da atividade econômica geral e das exportações da ALC



Fonte : Ray (2015b, no prelo).

Como mostrado na Figura 6, as exportações da ALC para a China geram mais gases de efeito estufa (GEE) e consomem mais água por dólar de produção do que outras exportações, e muito mais do que a atividade econômica geral. Os dados mostrados na Figura 6 referem-se a 2004, o último ano para os quais dados diretamente medidos para cada indicador estão disponíveis. No entanto, como mostrado na Figura 2, as exportações da ALC para a China continuaram a concentrar-se cada vez mais em poucos setores desde então. A Figura 7 aplica as intensidades registradas em 2004 às mudanças observadas na composição da pauta de comércio para criar um “balanço de pagamentos” de água entre a China e a ALC. Ela revela um saldo positivo de 100,4 bilhões de metros cúbicos de água em 2012, o que significa que a ALC enviou um volume muito maior de água nas suas exportações do que o embutido nas importações. A título de referência, o volume do Lago Nicarágua é de aproximadamente 108 bilhões de metros cúbicos. Em outras palavras, se a ALC não tivesse feito negócios com a China em 2012 (produzindo internamente tudo que importou da China e consumindo localmente tudo que exportou para aquele país), ela teria poupado cerca de 90% do volume do Lago Nicarágua. Esse fato tem importantes implicações não só em termos ambientais, mas também sociais, já que os estudos de caso apresentados neste projeto indicam que a concorrência por água é uma fonte frequente de conflitos sociais entre comunidades que praticam a agricultura camponesa ou a pecuária em pequena escala e a agricultura e a mineração em larga escala.

FIGURA 7: O “balanço de pagamentos” da água entre a ALC e a China



Fonte: Ray (2015b, no prelo).

A Figura 8 mostra um “balanço de pagamentos” ambiental semelhante, mas para emissões de GEE. Obviamente, os impactos das emissões de GEE são globais, não locais. A origem dessas emissões, seja a ALC ou a China, faz pouca diferença. No entanto, sua escala ainda é muito interessante. Assim como as exportações da ALC para a China (e suas emissões embutidas de GEE) aumentaram na última década, as emissões de GEE embutidas nas suas importações da China também aumentaram, e a um ritmo ainda mais rápido.

FIGURA 8: “Balanço de pagamentos” de emissões de GEE entre a ALC e a China

Fonte: Ray (2015b, no prelo).



Fonte: Ray (2015b, no prelo).

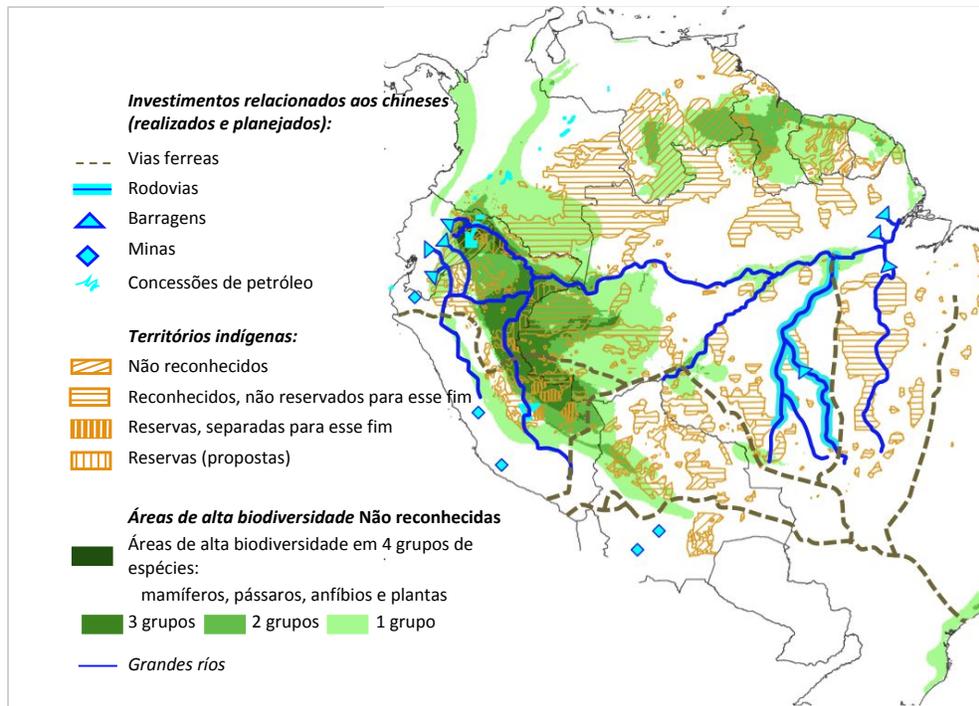
Quadro 1: Chile, China e painéis solares. Em alguns casos, o impacto ambiental das relações entre a ALC e a China pode ser mais intenso no lado das importações do que no das exportações. Isso aconteceu no Chile, onde as importações de painéis fotovoltaicos (PV) chineses tiveram um grande impacto em termos de tornar a matriz energética chilena mais ecológica. Em meados da década de 2000, o Chile perdeu sua principal fonte de energia de baixa emissão quando a Argentina restringiu suas exportações de gás natural e, posteriormente, acabou fechando o gasoduto que mantinha com o Chile por completo. Ao mesmo tempo, no entanto, a China estava experimentando um grande excesso de oferta de painéis fotovoltaicos. A coincidência desses dois eventos ofereceu ao Chile uma alternativa para expandir rapidamente seu uso de energia solar. Em 2013, o Chile importou US\$ 40,9 milhões em painéis fotovoltaicos chineses, valor correspondente a mais da metade do que gastou com suas importações totais de PVs. Embora a energia solar ainda represente uma parcela reduzida de toda a energia gerada no país, seu uso deve ampliar-se rapidamente: mais da metade dos 10.000 megawatts dos seus novos projetos de geração de energia ambientalmente aprovados são solares (Borregaard et al. 2015).

Em termos de desmatamento, as Figuras 6 e 8 na verdade subestimam as emissões de GEE resultantes da relação entre a ALC e a China, porque embora levem em consideração o desmatamento diretamente relacionado a exportações, elas não consideram a causa mais importante do desmatamento: as estradas, canais e ferrovias usados para transportar os produtos até portos. Uma pesquisa realizada por Philip Fearnside (o autor do estudo de caso sobre o Brasil deste projeto) e outros (2013) mostra que as vias de acesso são a causa mais importante do desmatamento registrado na Amazônia, já que abrem a floresta para assentamentos humanos e interrompem padrões de migração de animais. Sendo assim, para que o impacto das emissões de GEE resultantes do “boom da China” na América Latina sejam adequadamente considerado, é importante incluir não apenas as exportações para a China, mas também as estradas, canais e ferrovias financiados pelos chineses para transportar produtos de exportação até portos de embarque e as represas financiadas por eles para gerar energia para minas e campos de petróleo.

A Figura 9 mostra as áreas e territórios indígenas de maior biodiversidade da América do Sul com infraestrutura financiada pela China e projetos de IDE chineses. A biodiversidade dessas áreas está refletida nos diversos tons de verde: as áreas com o tom de verde mais escuro (presentes apenas no leste do Equador e no extremo norte do Peru) representam as áreas com maior biodiversidade em quatro grupos diferentes de espécies: mamíferos, aves, anfíbios e plantas. O segundo tom de verde mais escuro, que pode ser visto próximo da fronteira entre o Peru e do Brasil, indica áreas com maior biodiversidade em três dos quatro grupos de espécies, e assim por diante. Os territórios indígenas estão ilustrados por diversos padrões de listras.

Como mostrado na Figura 9, dois grandes investimentos chineses podem acarretar sérios riscos para áreas de grande biodiversidade e territórios indígenas: a metade ocidental da ferrovia transcontinental e campos de petróleo situados na região leste do Equador. A ferrovia transcontinental ainda está na fase de planejamento, de modo que o seu percurso ainda não foi definido por completo. Duas possibilidades estão sendo consideradas para o seu percurso na extremidade ocidental: uma seria passando por Piura, no norte do Peru, e outra por Puno, no sul do país. O percurso do norte cruza a fronteira para o Brasil através de uma área de altíssima biodiversidade em três dos quatro grupos de espécies mencionados acima (mamíferos, aves, anfíbios e plantas), indicada pelo tom verde escuro na Figura 9. A rota do sul evita, em grande medida, que essa região ambientalmente sensível seja cruzada pela ferrovia. A escolha final do seu percurso será crucial para determinar seu impacto ambiental.

Figura 9: Áreas de alta biodiversidade, territórios indígenas e investimentos chineses



Fonte: Compilada com base em dados de Bass et al. (2010), Cruz Fiestas (2014), Fearnside e Figueiredo (2015), International Rivers et al., Ministério dos Transportes (2009), Ministerio de Transportes y Comunicaciones e Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada. Obs.: algumas minas e concessões de petróleo já estão em operação. As localizações da ferrovia são aproximadas, já que a maioria dos planos ainda está em processo de finalização. Alta biodiversidade é definida como os 6,4% da área terrestre da América do Sul com maior riqueza de espécies. Os territórios indígenas incluem terras oficialmente reconhecidas pelo Estado como tal ou não.

Um projeto de exploração de petróleo no leste do Equador, em grande parte dentro de um território indígena tradicional, representa outro grande investimento chinês em uma área de alta biodiversidade. As duas concessões petrolíferas aos chineses mais ao sul do Equador são recentes e seus contratos ainda não foram finalizados. Se essas concessões forem efetivamente aprovadas, os termos dos seus contratos serão extremamente importantes em função dos seus impactos sociais e ambientais.

2.3 Enfrentando o desafio: salvaguardas sociais e ambientais inovadoras

Diante desse enorme crescimento em setores intrinsecamente passíveis de gerar grandes impactos ambientais e riscos de conflitos sociais, verificamos que diversos países latino-americanos desenvolveram políticas importantes para minimizá-los. Novas medidas de fiscalização ambiental tomadas pelo Brasil, novas normas trabalhistas adotadas pelo Equador e medidas de transparência e de proteção de áreas indígenas tomadas pelo Peru são três das mais inovadoras delas.

O **Brasil** melhorou muito sua capacidade de efetivamente aplicar suas regulações ambientais em 2008 sem mudar sua legislação ambiental em vigor. Em vez disso, o Banco Central do Brasil adotou novas normas de modo a não permitir a concessão de empréstimos de bancos públicos a operações com multas pendentes por irregularidades ambientais relatadas por órgãos governamentais. O pagamento de multas aplicadas por órgãos públicos por violações da legislação ambiental pode ser adiado por meio de recursos, mas essa medida mais proativa tem efeito imediato.

O **Equador** promulgou uma série de medidas de proteção trabalhista em 2008 e 2010 que constituem um dos pacotes mais progressistas de proteção para trabalhadores na região para o setor petrolífero do país. Em 2008, o Equador restringiu drasticamente a possibilidade de subcontratação de mão de obra, limitando-a a serviços “complementares”, como de segurança e limpeza. A Lei dos Hidrocarbonetos de 2010 reforçou ainda mais as proteções trabalhistas para o setor de petróleo e gás ao exigir que investidores estrangeiros contratem trabalhadores equatorianos para 95% dos empregos não qualificados e 90% dos qualificados. Além disso, ela exige participação nos lucros para todos os empregados, inclusive para trabalhadores contratados a prazo. No seu conjunto, essas leis eliminam duas das maiores fontes de conflitos trabalhistas em torno de projetos de investimentos chineses (e outros projetos internacionais) em toda a região da ALC: o uso de trabalhadores estrangeiros e diferenças nas condições de trabalho entre empregados contratados diretamente e subcontratados para o mesmo projeto.

O **Peru** tomou medidas importantes para promover a transparência e os direitos de povos indígenas ao longo da última década. O país aderiu à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI, na sigla em inglês) em 2007 e se tornou, em 2011, o primeiro país das Américas a ser declarado em conformidade com suas normas. No mesmo ano, 2011, tornou-se o primeiro país da ALC a promulgar leis relacionadas à implementação da Convenção 169 da OIT, que concede a comunidades indígenas o direito de consulta prévia sobre quaisquer políticas de Estado que os afetem diretamente, inclusive sobre concessões e autorizações para projetos extrativistas dentro de seus territórios tradicionais. Em conformidade com seus compromissos no âmbito da EITI, o governo peruano e as empresas que participam da iniciativa publicam relatórios detalhados sobre seus fluxos de receitas relacionados a indústrias extrativistas, os quais são disponibilizados on-line para consultas por parte de cidadãos interessados e da sociedade civil em geral. Além disso, o governo peruano designou funcionários do Ministério de Minas e Energia para trabalhar no processo da EITI, inclusive para estimular empresas não participantes a aderir à iniciativa. Desde 2014, três empresas chinesas confirmaram seu envolvimento no processo: as empresas Shougang, China Minmetals e CNPC. Essas duas medidas garantiram ao Peru uma posição de liderança regional na participação pública no boom de recursos.

2.4 Avanços ameaçados: desafios para as proteções existentes

O boom das exportações da ALC para a China tem sido apoiado pelos elevados preços mundiais das commodities envolvidas, que aumentaram o valor das reservas minerais e o poder de barganha de países interessados em promulgar normas sociais e ambientais para regular sua exploração. No entanto, o mesmo fenômeno aumentou o poder de setores envolvidos nesse boom, que têm incentivos para se opor à adoção de normas dessa natureza.

No âmbito dos governos, o boom extrativista tem sido administrado principalmente pelos ministérios responsáveis pelas áreas de mineração e exploração de petróleo e os poderes executivos têm sofrido pressões para acelerar o processo de aprovação de novos projetos de investimentos. Nesse contexto, o Peru reduziu recentemente os poderes do Ministério do Meio Ambiente de aprovar e fiscalizar projetos extrativistas. O objetivo dessa medida é agilizar o processo de aprovação de novos investimentos extrativistas e acelerar sua produção diante de um cenário de queda dos preços mundiais, mas essa mudança não incorporou salvaguardas para evitar que conflitos de interesse corrompam o processo e reduzam poderes de fiscalização ambiental (Saravia López e Rua Quiroga, 2015; Sanborn e Chonn, 2015).

No **Brasil**, o boom da China também teve um grande impacto sobre o setor agrícola. Naquele país, a demanda chinesa enriqueceu e aumentou o poder da bancada “ruralista”, que representa grandes proprietários de terras no Congresso. Essa bancada recém-fortalecida tem exercido forte influência sobre as posturas do governo atual em relação a questões ambientais (Santilli, 2014; Smeraldi, 2014). Por exemplo, ela lançou uma ofensiva para reverter as novas normas do Banco Central citadas acima, que se mostraram úteis para reforçar a aplicação de salvaguardas ambientais.

Seção 3: O DESEMPENHO DOS INVESTIDORES CHINESES NA AMÉRICA LATINA

Nossa pesquisa revela que o desempenho das empresas chinesas não é muito pior que o de empresas nacionais e outras empresas internacionais. Na verdade, a despeito dos níveis relativamente mais baixos de regulação observados na China e da recente adoção de uma série de diretrizes para as operações de empresas estrangeiras, nossos estudos de caso identificaram alguns exemplos nos quais o desempenho de empresas chinesas superou o de seus concorrentes, principalmente quando tiveram incentivos adequados por parte de governos e da sociedade civil. A Tabela 1 lista as empresas chinesas associadas a cada estudo e os membros do Grupo de Trabalho que desenvolveu os estudos de caso (com exceção do Brasil e do Chile, onde os estudos de caso envolveram empresas brasileiras que exportam para a China e empresas chilenas que importam da China, respectivamente). Esta seção explora lições de cada um desses estudos de caso. De um modo geral, eles revelam que as empresas chinesas são flexíveis e capazes de se adaptar a novos ambientes e de observar normas locais. No entanto, diversos desses estudos de casos indicam que, à medida que esses investimentos continuam a se expandir, outros grandes desafios surgirão.

Tabela 1: Perfil dos investidores chineses analisados em estudos de caso

País	Autores	Setor	Empresas
Argentina	Andrés López, Julian Donaubauer, Daniela Ramos , Centro de Pesquisas pela Transformação, Universidade de Buenos Aires	Petróleo	China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec)
Bolívia	Alejandra López Saravia , Universidad Mayor de San Simón-Cochabamba, Adam Rua Quiroga	Mineração	Jungie Mining
Brasil	Philip Fearnside , Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Adriano M.R. Figueiredo , Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Agricultura e mineração	Exportações de soja e minério de ferro
Chile	Nicola Borregaard e Annie Dufey , Fundação Chile	Energia (solar)	Importações de painéis solares fotovoltaicos
Colômbia	Guillermo Rudas e Mauricio Cabrera Leal , Pontifícia Universidade Javeriana e Universidade Externado da Colômbia	Carvão e petróleo	Sinopec e Sinochem
Equador	Adam Chimienti , Instituto de Estudos sobre a China e Ásia-Pacífico, Universidade Nacional de Sun Yat-Sen, Taiwan; Rebecca Ray , Universidade de Boston	Petróleo	Sinopec e China National Petroleum Corporation (CNPC)
México	Claudia Schatan, Diana Piloyan , Universidade Iberoamericana	Produtos manufaturados	Golden Dragon Affiliates
Peru	Cynthia Sanborn e Victoria Chonn Ching , Universidade do Pacífico	Mineração	Shougang, Aluminum Corporation of China (Chinalco) e Zijin Mining Group

Uma dessas empresas chinesas foi analisada em nossos estudos de caso em três países latino-americanos diferentes: a **Sinopec**. Os estudos de caso revelam que a Sinopec tem tido experiências muito diferentes sob diferentes regimes regulatórios e com diferentes incentivos. As relações trabalhistas da Sinopec na Argentina e seu desempenho ambiental no Equador têm sido mais positivos na Colômbia que os das outras duas empresas.

- Os problemas trabalhistas da Sinopec na **Colômbia** envolveram juntas locais de ação comunitária, que são comuns em áreas rurais da Colômbia e controlam a contratação de trabalhadores no setor do petróleo. Há muitos relatos de figuras locais poderosas que trocam empregos por favores ou chegam a cobrar taxas para conseguir empregos ou favorecem trabalhadores de outras áreas injustamente, em detrimento de trabalhadores locais, mas gestores regionais do Ministério do Trabalho afirmam que essas acusações não são formalizadas devido ao temor de que poderiam ameaçar os próprios empregos que envolvem. O governo nacional colombiano está considerando a possibilidade de retirar o poder de contratação das juntas de ação comunitária, mas essa proposta enfrenta uma oposição vigorosa das próprias juntas, o que não causa nenhuma surpresa. Por outro lado, a Sinopec não está enfrentando nenhum problema dessa natureza na **Argentina** ou no **Equador**, devido ao marco regulatório desses dois países. Na Argentina, a Sinopec assinou um acordo com o governo local para garantir que nenhum trabalhador que não tenha residido na província de Santa Cruz por pelos menos dois anos seja contratado pela empresa. No Equador, a subcontratação de mão de obra está sujeita a regulações rígidas, como discutido acima.
- A Sinopec tem um histórico ambiental melhor no Equador do que a maioria dos seus concorrentes, com menos protestos locais contra vazamentos do que a maioria das empresas estrangeiras ou nacionais que atuam na mesma área. Esse histórico positivo deve-se, em parte, aos incentivos

concedidos à empresa naquele país: ela comprou concessões de petróleo inicialmente outorgadas à Chevron e que, por essa razão, são objeto de muita atenção. A capacidade da Sinopec de manter um perfil discreto tem sido fundamental para a empresa continuar operando no país há quase uma década. Por outro lado, a Controladoria Geral da Colômbia intimou a Sinopec em 2014 a explicar por que não havia feito um investimento de US\$ 500 mil em conservação exigido por lei que havia se comprometido a fazer em 2008. Esses dois casos mostram a importância de se estabelecer – e fazer valer – um marco regulatório eficaz para investimentos internacionais. Felizmente, a Colômbia parece estar levando essa questão a sério, como os achados de sua auditoria ambiental de 2014 e sua recente proposta de mudanças nas regulações trabalhistas indicam.

Outros resultados positivos observados nos estudos de caso revelam que os investidores chineses são capazes de observar padrões elevados, principalmente quando contam com incentivos adequados. Esses estudos de caso revelam a importância da cooperação entre governos, investidores, comunidades locais e reguladores chineses em torno da criação de incentivos dessa natureza. As áreas nas quais esse tipo de cooperação pode ser especialmente útil incluem as da fiscalização por parte de credores, do envolvimento comunitário desde o início dos projetos e da capacitação dos investidores para observarem legislações locais adequadamente.

3.1 Incentivos do país de origem de empresas que operam no exterior: o papel da fiscalização por parte dos credores

A China merece reconhecimento por ter promulgado diretrizes para suas atividades econômicas no exterior. Quando as nações ocidentais eram países de renda média, seus governos não exigiam a adoção de diretrizes dessa natureza. Outros países de renda média (como o Brasil, discutido acima) não aprovam empréstimos públicos para projetos nacionais que tenham multas ambientais pendentes e credores multilaterais vêm exigindo há muito tempo que seus mutuários satisfaçam padrões de desempenho ambiental. No entanto, por ter adotado padrões desse tipo para investimentos internacionais externos, a China está à frente de outros países de renda média nesse quesito, mas ela é um ator relativamente novo no cenário dos investimentos internacionais e suas salvaguardas ambientais e sociais ainda deixam muito a desejar em relação às adotadas pelos credores multilaterais tradicionais.

Três níveis de salvaguardas são aplicados aos investimentos externos chineses. Em um primeiro nível, o Ministério do Comércio (MOFCOM) publicou “Diretrizes de Proteção Ambiental para Investimentos Externos e Cooperação Externa”, de natureza voluntária, para todos os investidores, independentemente de serem públicos ou privados ou de como são financiados. Embora não sejam compulsórias, essas diretrizes têm um peso moral para empresas estatais (Tao, 2013). Em um segundo nível, para projetos financiados por bancos, a Comissão de Regulação Bancária da China (CBRC) estabeleceu “Diretrizes de Crédito Verde” para todos os bancos chineses que financiam projetos de investimentos no exterior que incluem, entre outros requisitos, a exigência de que os investimentos observem as leis ambientais do país de destino e internacionais. E, por último, em um terceiro nível, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (China Ex-Im Bank), bancos estatais usados como instrumentos de política que financiam investimentos no exterior em nome do governo chinês, desenvolveram práticas de salvaguarda para projetos incluídos nas suas carteiras.

A Tabela 2 compara as diretrizes chinesas com as adotadas por grandes credores multilaterais: o Banco Mundial, a Corporação Financeira Internacional (CFI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Embora os credores e reguladores chineses imponham menos requisitos do que

os credores multilaterais, há uma exceção digna de nota: somente os bancos chineses usados como instrumentos de política exigem avaliações ex-post de impactos ambientais.

Tabela 2: As regulações chineses e as multilaterais comparadas

	Credores multilaterais			Bancos e reguladores chineses			
	Banco Mundial	CFI	BID	MOFCOM*	CBRC	CDB	Ex-Im Bank
Avaliações ex-post de impactos ambientais	X	X	X	X		X	X
Revisão de avaliações de impactos ambientais por parte dos projetos	X	X	X			X	X
Padrões sociais e ambientais para setores específicos	X	X					
Exigência de observância das regulações ambientais do país anfitrião	X		X	X	X	X	X
Exigência de observância de regulações ambientais internacionais	X				X		
Consultas públicas com comunidades afetadas	X	X	X	X			X
Mecanismo de reclamação	X	X					
Monitoramento e revisão independentes	X						
Estabelecimento de convênios relacionados à conformidade	X	X	X				X
Avaliações ex-post de impactos ambientais						X	X

Obs.: *As políticas do MOFCOM são de natureza voluntária.

Fonte: CBRC, 2012; Gallagher et al. 2012; Leung e Zhao, 2013; Administração Florestal do Estado, 2010.

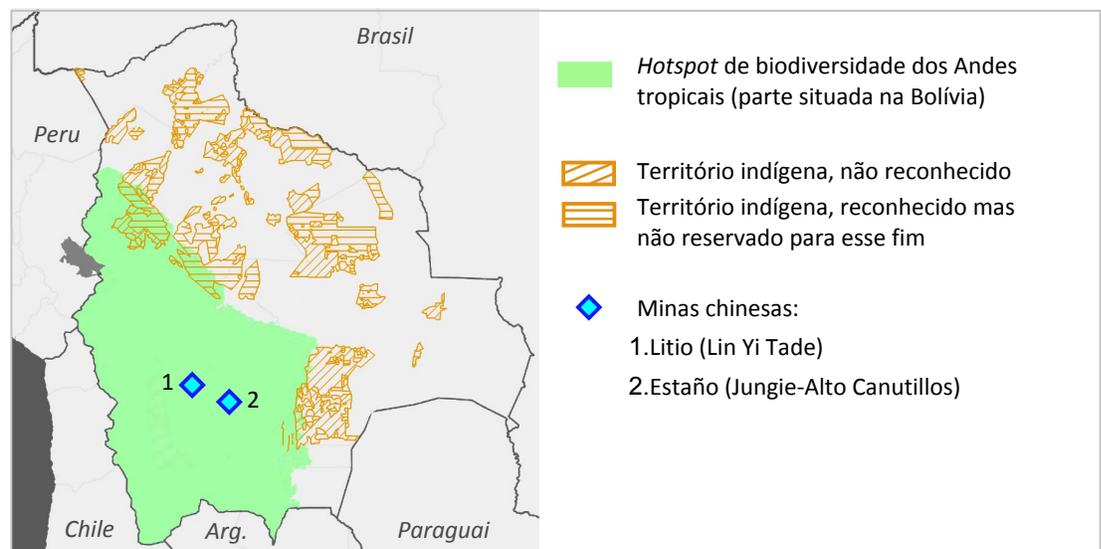
As regulações apresentadas na Tabela 2 revelam que os credores chineses deram um grande passo à frente, mas eles ainda enfrentam grandes desafios para fazê-las valer na prática. Por exemplo, sem uma política que preveja mecanismos de reclamação, os credores podem não tomar conhecimento de violações de outros requisitos, como o da observância de leis ambientais internacionais. Além disso, a exigência de observância da legislação do país anfitrião – sem dúvida o menos difícil dos requisitos listados na Tabela 2 – pode ser um desafio se os governos locais não estiverem aplicando, eles próprios, suas leis. Por exemplo, no caso da Sinopec na Colômbia discutido acima, a Controladoria-Geral intimou não apenas a Sinopec, mas também o órgão nacional responsável pelo licenciamento ambiental para explicar por que não estava fazendo valer suas próprias normas na totalidade. Em uma situação como essa, não fica claro se o MOFCOM tem bases suficientes para afirmar que a Sinopec estaria violando suas diretrizes. Grupos da sociedade civil latino-americana começaram a educar comunidades sobre as Diretrizes de Crédito Verde e outras salvaguardas ambientais e sociais vinculadas a empréstimos chineses, mas, sem um método formal para receber e investigar reclamações, os bancos têm poucos incentivos imediatos para monitorar qualquer comunicação que recebem. Considerando as dificuldades envolvidas para se policiar o comportamento de investidores no exterior, poderia ser extremamente útil para os credores chineses desenvolver laços de parceria com a sociedade civil e os governos da América Latina para responsabilizar investidores pela não observância dessas diretrizes, possivelmente por meio da adoção de um mecanismo formal de reclamação.

3.2 A importância do envolvimento comunitário

Nossos estudos de caso mostram que a disposição de um investidor de trabalhar com governos e comunidades locais desde que começam a operar em um país, especialmente no processo de decidir onde devem construir suas instalações, é um dos aspectos mais importantes para o estabelecimento de relações comunitárias positivas. Três exemplos destacam particularmente bem a importância dessa lição: os casos da mina de cobre de Toromocho, de propriedade da Chinalco, no Peru, da mina de estanho da Jungie na Bolívia e da atuação da Andes Petroleum no Equador. Cada um desses casos ilustra a importância dos incentivos e da assistência governamentais em processos de negociação.

Na **Bolívia**, a empresa chinesa Jungie Mining e a cooperativa local de mineração Alto Canutillos estabeleceram um empreendimento conjunto de mineração de estanho em Tacobamba em 2010. Embora a mina não apareça nas áreas de grande biodiversidade mostradas na Figura 9, ela fica dentro de uma área ameaçada: o hotspot de biodiversidade dos Andes tropicais.² A Figura 10 mostra o segmento boliviano do hotspot de biodiversidade dos Andes tropicais em verde e territórios indígenas em laranja.

Figura 10: Bolívia: Hotspot de biodiversidade, territórios indígenas e minas chinesas



Fonte: Compilada com base em dados da Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada e de Zador et al. 2015.

Obs.: Os territórios indígenas incluem terras oficialmente reconhecidas como tal ou não.

Antes de a mina entrar em operação, pesquisas mostraram que a comunidade local era contra o estabelecimento de uma planta de processamento de minérios e de uma barragem de rejeitos em Tacobamba. Em resposta, a empresa estatal de mineração Comibol doou um terreno situado a mais de 40 quilômetros do local, na comunidade de Agua Dulce, município de Villa de Yocalla, onde uma consulta pública revelou que a comunidade aceitava a presença dessas instalações. Essa mudança exigiu cooperação entre os investidores, o governo e a comunidade local e eliminou uma importante fonte de conflitos em potencial (Saravia López e Rua Quiroga, 2015).

² Os hotspots de biodiversidade são definidos como áreas com pelo menos 1.500 espécies de plantas endêmicas que perderam pelo menos 70 por cento de seu habitat original. Para obter mais informações sobre hotspots de biodiversidade e especificamente sobre o hotspot de biodiversidade dos Andes tropicais, veja Zador et al. (2015).

Imagem 1: Moradores de Tacobamba, Bolívia, rejeitaram a presença de uma planta de processamento de minérios



... a COMIBOL decidiu então doar um terreno para a construção da planta a uma distância de mais de 40 quilômetros da mina.



Fonte: Saravia López e Rua Quiroga (2015).

No Peru, a mina de Toromocho, de propriedade da empresa estatal chinesa Chinalco, também faz fronteira com o hotspot de biodiversidade dos Andes tropicais, como mostrado na Figura 11.3

Figura 11: Peru: Hotsopt de biodiversidade, territórios indígenas e minas chinesas



Fonte: Compilada com base em dados da Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada e de Zador et al. 2015.

Em 2007, ela herdou o compromisso de reassentar os 5.000 moradores da cidade de Morococha, que já existia no local, para abrir espaço para a construção da mina. Morococha é um antigo campo

3 Para obter mais informações sobre hotspots de biodiversidade e especificamente sobre o hotspot de biodiversidade dos Andes tropicais, veja Zador et al. (2015).

de mineração e sua água e solo foram seriamente contaminados em decorrência de décadas de atividades de mineração nas suas proximidades. Antes da compra desse projeto pela Chinalco, o governo peruano havia assumido o compromisso de construir uma nova cidade para os moradores da área, mas a empresa acabou incorporando essa obrigação ao seu investimento. Enquanto na antiga Morococha só havia latrinas comunitárias e o sistema de abastecimento d'água era limitado, a promessa da "Nueva Morococha" é a de oferecer um sistema moderno de abastecimento d'água e saneamento. Um aspecto que talvez seja o mais importante é que o reassentamento foi, em grande parte, voluntário e produto do diálogo e da negociação entre os membros da comunidade, suas autoridades eleitas, o governo central e o investidor – sendo considerado o primeiro exemplo de um reassentamento voluntário e com participação comunitária da história moderna peruana. Embora isso não signifique que não tenham ocorrido problemas (por exemplo, a Chinalco ofereceu a cada família um título de propriedade da sua nova casa, mas o município tem atrasado a sua emissão) e a despeito da persistência de alguma oposição, ele representa um avanço nas relações com a comunidade de mineração no Peru (Sanborn e Chonn 2015).

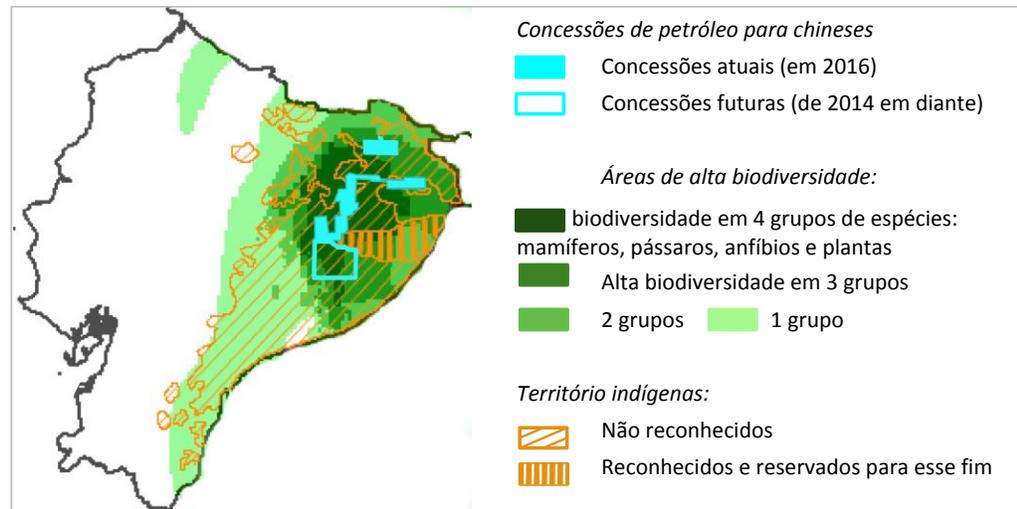
Imagem 2: Morococha (à esquerda) e Nueva Morococha (à direita), Peru



Fonte: Ojos Propios, 2013 (esquerda); Ministerio de Energía y Minas, 2013 (direita).

O processo de consultas comunitárias não correu tão bem no Equador, onde a Andes Petroleum (um empreendimento conjunto entre as estatais chinesas Sinopec e CNPC) ganhou duas novas concessões no início de 2014. Como mostrado na Figura 9, o Equador é o único país sul-americano com grandes investimentos chineses em uma área de altíssima biodiversidade em quatro grupos diferentes de espécies, bem como em territórios indígenas tradicionais (o mapa abaixo ilustra essa situação mais detalhadamente). Portanto, sua observância de salvaguardas sociais e ambientais é particularmente importante, talvez mais do que quaisquer outros investimentos chineses nesse projeto. Até o presente momento, a Andes Petroleum tem mantido melhores relações com a comunidade do que a maioria dos seus concorrentes (incluindo estatais do Equador) e tem gerado menos protestos em decorrência de contaminação ou da não observância de obrigações sociais. No entanto, seu verdadeiro desafio reside no futuro, considerando que a empresa está expandindo suas atividades em condições desfavoráveis, sem consultas comunitárias adequadas.

Figura 12: Concessões de petróleo a empresas chinesas, biodiversidade e territórios indígenas, Equador



Fonte: Ray e Chimienti, 2015.

Para que qualquer projeto possa ser implementado no Equador, a legislação do país exige que o Secretário de Hidrocarbonetos (SHE) obtenha aprovação majoritária da comunidade afetada, particularmente entre as nações indígenas Sápara e Kichwa, cuja autoridade sobre projetos desenvolvidos no seu território tradicional no Equador foi consagrada quando o país assinou a Convenção 169 da OIT. No entanto, para contornar essa obrigação de aprovação majoritária de comunidades Sápara e Kichwa, o SHE passou a buscar apenas a aprovação do presidente da nação Sápara. Ele também abriu escritórios de extensão temporários na área afetada e afirmou que 16.469 pessoas participaram de workshops ou tiveram oportunidades de apresentar comentários – número que corresponde a cerca de um quarto da população indígena adulta local ou a aproximadamente um oitavo da população adulta total dos novos blocos de concessão. Líderes comunitários dos Sápara e Kichwa reagiram promovendo um movimento internacional para reafirmar sua autoridade sobre suas terras tradicionais e rejeitar a instalação de qualquer projeto petrolífero nelas. A possibilidade de a Andes Petroleum desenvolver uma relação positiva com a comunidade local é extremamente reduzida neste momento, porque é quase impossível que negociações de boa-fé sejam realizadas entre o governo e a comunidade local. (Ray e Chimienti, 2015).

Imagem 3: Líderes dos Kichwa e Sápara protestam contra a Andes Petroleum em Nova York, 2014



À esquerda: Leonardo Cerda, líder dos Kichwa; No centro: Gloria Ushigua, presidente da Associação de Mulheres Sápara; Marcha popular do clima, Nova York, 21 de setembro de 2014.
Fonte: Amazon Watch.

3.3 Relações entre governos e empresas e a importância da extensão e da aprendizagem

O estabelecimento de mecanismos entre investidores, governos e sociedade civil para instruir empresas recém-chegadas sobre regulações ambientais e sociais, costumes e recursos locais disponíveis constitui outra área importante para cooperação. Exemplos recentes observados no Peru, na Argentina e no México revelam que essa é uma área promissora que os governos latino-americanos estão apenas começando a explorar.

Em março de 2014, o projeto da mina Toromocho da Chinalco no Peru (mencionada acima por seu processo de reassentamento de uma comunidade) sofreu um grande revés quando o Organismo de Avaliação e Fiscalização Ambiental (OEFA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, determinou a suspensão das suas operações após um vazamento de águas residuais ácidas. O problema foi gerado por chuvas inesperadamente pesadas, cuja possibilidade de ocorrência a Chinalco aparentemente não havia considerado. Após a limpeza do vazamento, que foi feita em poucos dias a partir de uma ação rápida de reguladores e da Chinalco, a Associação de Empresas Chinesas no Peru solicitou ao Ministério do Meio Ambiente que organizasse uma série de conferências sobre as regulações ambientais do Peru para todos os seus membros. Essa solicitação proporcionou ao governo uma oportunidade de abordar preocupações ambientais proativamente, desenvolver relações de trabalho com o pessoal responsável pela segurança ambiental das empresas investidoras e lançar as bases para uma futura cooperação.

O caso da Argentina é singular: as negociações em torno dos royalties do petróleo e de compromissos ambientais e sociais são realizadas no nível das províncias. Esse mecanismo tem desvantagens importantes, na medida em que cria um incentivo para os negociadores dos governos provinciais tra-

tarem royalties de curto prazo e compromissos ambientais de longo prazo como moedas de troca. No entanto, ele cria também uma oportunidade para que grupos da sociedade civil local tenham muito mais acesso aos negociadores do que teriam se as negociações fossem realizadas no nível nacional. Isso permitiu que grupos de pequenas empresas pressionassem, com sucesso, empresas petrolíferas estrangeiras no sentido de que desenvolvessem mais vínculos com fornecedores locais. Por exemplo, a Pan American Energy (PAE, empresa de propriedade conjunta da CNOOC e da BP) desenvolveu um programa chamado “PMEs do Golfo de San Jorge” para desenvolver a capacidade de pequenas empresas locais e incorporá-las à cadeia de abastecimento da PAE. Esse tipo de cooperação exige a presença de funcionários do governo provincial para ajudar investidores estrangeiros recém-chegados ao país a desenvolverem vínculos com organizações locais. Outra oportunidade importante para treinamento e capacitação na Argentina envolve a facilitação da aprendizagem entre investidores mais recentes e mais experientes: nesse caso, a CNOOC e a Sinopec. Nosso estudo de caso mostra que a CNOOC tem um histórico de melhor desempenho ambiental do que a Sinopec, em parte pelo fato de ser parceira da BP, que tem um longo histórico de buscar investimentos externos e de estar sujeita a um escrutínio global em relação ao seu desempenho ambiental. Embora tanto a CNOOC como a Sinopec sejam estatais chinesas, uma é beneficiada pela sua cooperação com investidores mais experientes, enquanto a outra não. A Argentina pode ajudar a eliminar essas diferenças facilitando oportunidades de capacitação para investidores estrangeiros que permitam a empresas recém-chegadas ao país aprender com pares mais experientes.

O estudo de caso do México ilustra outra situação na qual a capacitação pode ser muito útil. De um modo geral, a empresa de fabricação de tubos de cobre Golden Dragon tem agido de acordo com a legislação ambiental e trabalhista, chegando a introduzir importantes inovações em termos de eficiência energética. No entanto, ela está enfrentando problemas trabalhistas em decorrência de barreiras culturais. Um dos maiores obstáculos reside no fato de os funcionários chineses da empresa não falarem espanhol, de seus funcionários mexicanos não falarem chinês e de muito poucos membros de qualquer grupo de funcionários falarem um terceiro idioma comum, como o inglês. Outro problema importante é o desconhecimento dos costumes mexicanos por parte dos gerentes chineses da empresa. Os salários mínimos chineses são bastante baixos e os trabalhadores chineses compensam sua baixa remuneração trabalhando em jornadas extremamente longas. Por outro lado, os trabalhadores mexicanos tendem a ter uma menor disposição de trabalhar em fins de semana e feriados. A Golden Dragon tem um histórico de exigir que seus funcionários trabalhem em fins de semana e feriados e de não compensá-los adequadamente por horas extras trabalhadas, em grande parte porque a empresa não está acostumada a lidar com trabalhadores que não estão dispostos a abrir mão de suas folgas. É improvável que essas diferenças culturais entre os trabalhadores chineses e mexicanos da Golden Dragon sejam equacionadas se não forem especificamente abordadas, porque os dois grupos de trabalhadores não falam a mesma língua e não mantêm relações sociais entre eles. Mas esses mal-entendidos são do tipo que pode ser eliminado de uma maneira bastante objetiva por meio de um treinamento adequado para garantir que as leis trabalhistas mexicanas protejam os trabalhadores e que os investidores chineses respeitem essas leis.

Seção 4: LIÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

Nosso estudo mostrou que o boom das commodities impulsionado pela China na América Latina acentuou conflitos ambientais e sociais na região. Apesar de algumas inovações promovidas por governos latino-americanos, empresas chinesas e a sociedade civil durante esse boom da China, os benefícios do comércio e dos investimentos impulsionados pela China acarretaram custos ambientais e sociais significativos. Esses custos podem ser reduzidos por uma ação harmonizada entre os governos latino-americanos, o governo chinês, as empresas chinesas e a sociedade civil da América Latina, da China e do mundo como um todo.

4.1 Governos latino-americanos

Para que a América Latina possa efetivamente colher os benefícios desse crescimento impulsionado pelas commodities, seus governos precisarão capturar e investir uma parcela maior dos resultados excepcionais desse comércio em mecanismos de proteção social e ambiental. As organizações da sociedade civil da região precisarão cobrar mais responsabilidade dos seus governos. Nossos estudos de caso identificaram muitos exemplos de respostas inovadoras em termos de políticas desenvolvidas por governos latino-americanos diante do boom da China. A legislação trabalhista do Equador, a adoção da prática de consultas comunitárias na Bolívia e a liderança assumida pelo Peru na promoção da transparência destacam-se como medidas particularmente importantes no campo das políticas. Há um enorme espaço para que grupos da sociedade civil da América Latina aproveitem esses exemplos para pressionar pela adoção de padrões mais elevados em todo o mundo.

No Equador, empresas petrolíferas chinesas mostraram que conseguem trabalhar com um quadro de pessoal quase que inteiramente equatoriano. A Bolívia provou que empresas mineradoras chinesas e estatais locais podem colaborar no sentido de honrar decisões comunitárias sobre onde suas plantas de processamento devem – ou não – ser instaladas. O Peru demonstrou que empresas mineradoras e petrolíferas chinesas conseguem operar com níveis elevados de transparência. A sociedade civil e os governos da América Latina podem exercer pressão no sentido de que esses padrões sejam adotados em países que ainda não os estabeleceram, sabendo que, além de razoáveis, eles podem ser perfeitamente alcançados pelos investidores chineses.

Esses avanços, no entanto, estão sendo ameaçados pelos próprios setores que enriqueceram com o boom da China, como por ministérios responsáveis pelo setor de mineração e por bancadas legislativas formadas por representantes de grandes proprietários de terras. Por exemplo, as reformas regulatórias em andamento no Peru estão reduzindo a presença do Ministério do Meio Ambiente do país na fiscalização de projetos extrativistas sem estabelecer salvaguardas para evitar conflitos de interesse no processo de sua aprovação. No Brasil, avanços observados na aplicação efetiva da legislação ambiental enfrentam forte resistência por parte do bloco ruralista no Congresso, que tanto se beneficiou com a demanda da China por soja. Propostas de mecanismos legais de proteção para trabalhadores do setor de petróleo na Colômbia podem não ser aprovadas em decorrência da pressão de juntas de ação comunitária que têm sido alvo de muitas denúncias de abuso. É crucial que os governos latino-americanos resistam a esses esforços de desregulação.

Especificamente, recomendamos que os governos latino-americanos priorizem o seguinte:

- Aplicação efetiva e a melhoria dos mecanismos existentes de proteção ambiental e social.

- Defesa e fortalecimento da capacidade dos ministérios ambientais e sociais de aplicar e atualizar a legislação, como está sendo feito por meio do programa de ouvidoria do Peru.
- Adesão à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas e oferta de incentivos para que as empresas chinesas participem dela.
- Implementação da Convenção 169 da OIT (assinada pela maioria dos governos latino-americanos) por meio da promulgação e aplicação de requisitos de consulta prévia junto a povos indígenas sobre políticas estatais que afetem seus interesses e bem-estar.
- Exigir que investidores estrangeiros contratem trabalhadores locais sempre que possível, o que poderia ser feito com base em cotas ou pisos, por exemplo, e limitar o uso de mão de obra subcontratada.
- Promoção de mecanismos de colaboração entre os governos latino-americanos, a sociedade civil local e investidores estrangeiros no sentido de que sejam realizadas consultas informadas antes de projetos extrativos serem implementados e que preocupações locais sejam devidamente consideradas em boa fé.
- Investimentos em capacitação para empresas locais e oferta de incentivos para que investidores estrangeiros os incorporem às suas cadeias de abastecimento.
- Desenvolvimento de mecanismos para que os governos latino-americanos, o governo chinês e a sociedade civil local possam colaborar no sentido de garantir que os investidores chineses observem efetivamente as diretrizes da China e as regulações locais.
- Criação de oportunidades para que novos investidores estrangeiros aprendam sobre as regulações locais e os costumes dos governos, da sociedade civil e de investidores presentes na região há mais tempo.
- Defesa e fortalecimento da capacidade de organizações da sociedade civil de desenvolverem capacidades, redes e outras oportunidades de atuarem como agentes capazes de monitorar o comportamento social e ambiental tanto de empresas como de governos.

4.2 China e investidores chineses

Salvaguardar os impactos sociais e ambientais de investimentos chineses no exterior ajuda as empresas chinesas e o governo da China a identificar riscos com mais precisão e ampliar sua participação no mercado. O boom do comércio entre a América Latina e a China está sendo impulsionado por bilhões de dólares em investimentos chineses em minas, campos de petróleo e gás, barragens para gerar energia para esses projetos e ferrovias para transportar seus produtos até portos. Serão necessários muitos anos até que esses enormes projetos entrem em operação e ainda mais anos para que se paguem. Para chegarem a esse ponto, os investidores chineses precisarão mitigar riscos que podem afetar a longevidade desses projetos, principalmente riscos de danos ambientais ou de conflitos sociais que possam prejudicar suas relações com os países anfitriões.

Nossos estudos de caso mostram que as empresas chinesas são capazes de satisfazer – e até superar – os padrões ambientais e sociais estabelecidos por seus países anfitriões. Na verdade, identificamos alguns casos nos quais eles superaram seus concorrentes locais e internacionais, especialmente quando tiveram incentivos e um marco regulatório adequados. A China tomou medidas importantes

para certificar-se de que todos os investidores chineses tivessem incentivos para atuar com responsabilidade social e ambiental nos seus empreendimentos com base nas Diretrizes de Crédito da CBRC e nas Diretrizes de Proteção Ambiental nos Investimentos e Cooperação do MOFCOM. Além disso, tornar esses processos mais transparentes também é fundamental para o sucesso desses empreendimentos, para permitir que as empresas chinesas, os governos latino-americanos e a sociedade civil desenvolvam uma melhor compreensão dos verdadeiros benefícios e riscos de diversos investimentos. No entanto, fiscalizar o comportamento de investidores no exterior é extremamente difícil sem a colaboração dos governos dos países anfitriões e da sociedade civil. Por essa razão, recomendamos especificamente que a China e os investidores chineses priorizem o seguinte:

- A implementação de diretrizes sociais e ambientais existentes e seu uso mais amplo à medida que empresas e bancos de desenvolvimento chineses aumentam a sua presença nas Américas.
- Ações para tornar os resultados de diretrizes sociais e ambientais mais transparentes para representantes de empresas, governos e sociedade civil.
- A atualização das diretrizes atuais com monitoramento independente, um processo formal de reclamação, mecanismos que garantam a sua aplicação por parte de investidores que não estiverem satisfazendo os padrões estabelecidos e outras salvaguardas que se tornaram comuns entre outros grandes investidores estrangeiros em todo o mundo.
- A participação em programas de transparência em seus países anfitriões, como o programa que exige a apresentação de relatórios ambientais da Colômbia ou o programa voluntário da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) do Peru.
- O estabelecimento de relações de trabalho com governos e grupos da sociedade civil latino-americanos para aprender sobre suas regulações e costumes locais.

4.3 Sociedade Civil

Melhorias no campo das políticas como essas – tanto do lado latino-americano como chinês do Pacífico – só serão reforçadas com a participação de todos os setores da sociedade civil:

- Ações diretas de ONGs no sentido de destacar avanços e limitações em políticas adotadas por governos e empresas podem chamar a atenção de formuladores de políticas e da mídia para problemas existentes. As ONGs devem ampliar suas redes para monitorar a atuação de novos atores econômicos na sua região e desenvolver vínculos com suas contrapartes em todo o mundo para chamar mais atenção para esses problemas.
- Pesquisas e workshops acadêmicos podem ajudar a promover uma compreensão mais empírica de questões complexas e oferecer um espaço neutro no qual governos, empresas e sociedade civil possam dialogar. Os acadêmicos também podem desenvolver redes internacionais para comparar suas verificações com as de outras análises e divulgar seu trabalho em bases mais amplas.
- Pesquisadores acadêmicos e universidades também podem desempenhar um papel na promoção de um intercâmbio educacional e cultural, de pesquisas conjuntas e de capacitação para governos e outros membros da sociedade civil.
- ONGs, universidades e outras organizações podem colaborar com governos e empresas no sen-

tido de aprender sobre melhores práticas e lições extraídas de erros cometidos no passado.

- A colaboração entre empresas, como a possibilitada pela associação de empresas chinesas no Peru, pode permitir que elas se reúnam para aprender sobre melhores práticas, regulações pendentes e erros que não devem se repetir.
- Por último, a mídia pode fazer mais do que estimular discussões gerais sobre as relações econômicas entre a China e a América Latina e envidar esforços mais empíricos para divulgar informações que permitam uma responsabilização adequada de governos e empresas por seus atos.

Os estudos realizados no âmbito deste projeto destacam a importância – e as perspectivas promissoras – da colaboração entre governos, investidores chineses e a sociedade civil latino-americana. As histórias de maior sucesso reveladas aqui são as desses grupos trabalhando juntos: o processo bem sucedido de consultas comunitárias da Bolívia, a adesão de empresas chinesas ao programa da iniciativa EITI no Peru e o desenvolvimento de uma base local de pequenas empresas fornecedoras por parte da CNOOC na Argentina. A China precisa dos governos e da sociedade civil latino-americanos como seus olhos e ouvidos para garantir a efetiva observância de suas diretrizes para investidores estrangeiros. Os investidores chineses precisam dos governos e da sociedade civil latino-americanos para aprender sobre regulações e costumes locais com vistas a evitar conflitos ambientais e sociais antes que surjam. Os governos latino-americanos precisam dos investidores chineses e dos grupos comunitários para identificar conjuntamente soluções que funcionem para todos os envolvidos. É imperativo que todas as partes interessadas estabeleçam relações de trabalho entre elas para que as relações entre a China a América Latina possam gerar os maiores benefícios e os menores riscos possíveis.

REFERÊNCIAS

- Bancos de dados:
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas). "CEPALStat", acessado em 20 de janeiro de 2015 em <http://estadisticas.cepal.org>.
 - Comissão Europeia. "World Input Output Database". Acessado em 20 de janeiro 2015 em http://www.wiod.org/new_site/home.htm.
 - Financial Times. "fDiMarkets", acessado em 20 de janeiro 2015 em <http://www.fdimarkets.com/>.
 - FMI (Fundo Monetário Internacional). "World Economic Outlook Database: October 2014 Edition", acessado em 20 de janeiro 2015 em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/weodata/index.aspx>.
 - International Rivers, Fundación Proteger e ECOA. "Dams in Amazonia". Acessado em 20 de janeiro 2015 em <http://dams-info.org/>.
 - Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada. "Amazon 2012 Protected Areas and Indigenous Territories". Acessado em 20 de janeiro 2015 em <http://raisg.socioambiental.org/mapa-online/index.html>.
 - FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). "FAO Food Price Index", acessado em 20 de janeiro de 2015 em <http://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>.
 - FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). "FAOStat", acessado em 20 de janeiro de 2015 <http://faostat3.fao.org>.
 - Divisão de Estatística das Nações Unidas. "UN Comtrade", acessado em 20 de janeiro de 2015 <http://comtrade.un.org/>.
 - Water Footprint Network, "WaterStat: National Water Footprints", acessado em 20 de janeiro de 2015 em <http://www.waterfootprint.org/?page=files/WaterStat>.
 - Banco Mundial. "GEM Commodities", acessado em 20 de janeiro de 2015 em <http://data.worldbank.org/data-catalog/commodity-price-data>.
 - Banco Mundial. "World Development Indicators", acessado em 20 de janeiro de 2015 em <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>.
 - Instituto de Recursos Mundiais. "Climate Analysis Indicators Tool 2.0". Acessado em 20 de janeiro de 2015 em <http://cait2.wri.org/>.
- Obras publicadas:
- Bass, Margot S., Matt Finer, Clinton N. Jenkins, Holger Kreft, Diego F. Cisneros-Heredia, Shawn F. McCracken, Nigel C. A. Pitman, Peter H. Eng

lish, Kelly Swing, Gorky Villa, Anthony Di Fiore, Christian C. Voigt e Thomas H. Kunz (2010). "Global Conservation Significance of Ecuador's Yasuní National Park". PLoS ONE 5(1): e8767. doi:10.1371/journal.pone.0008767. <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0008767>

Borregaard, Nicola, Annie Dufey, Maria Teresa Ruiz-Tagle e Santiago Sinclair (2015, no prelo), "Chinese incidence on the Chilean solar power sector". Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper 2015-5.

Chimienti, Adam e Rebecca Ray (2015, no prelo), "A Line in the Equatorial Forests: Chinese Investment and the Environmental and Social Impacts of Extractive Industries in Ecuador". Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper 15-7.

CruzFiestas, Darwin (2014). "Empresas Chinas se interesan en el Tren que Unirá Brasil y Perú", El Comercio, 14 de agosto. <http://elcomercio.pe/economia/peru/empresas-chinas-se-interesan-tren-que-unira-brasil-y-peru-noticia-1749808>.

Donabauer, Julian, Andrés López e Daniela Ramos (2015, no prelo), "FDI and trade: is China relevant for the future of our environment? The case of Argentina". Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper 2015-2.

Fearnside, Philip, Adriano Figueiredo e Sandra Bonjour (2013), "Amazonian Forest Loss and the Long Reach of China's Influence", Environment, Development and Sustainability, 15:325-338.

Fearnside, Philip e Adriano Figueiredo (2015, no prelo). "China's Influence on Deforestation in Brazilian Amazonia: A Growing Force in the State of Mato Grosso". Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper 2015-4.

Hoekstra, A.Y. e Mekonnen, M.M. (2012). "The Water Footprint of Humanity", Minutas da Academia Nacional de Ciências, 109(9): 3232-3237.

Leung, Denise e Yingzhen Zhao (2013). "Environmental and Social Policies in Overseas Investments: Progress and Challenges for China". Washington DC: Documento Informativo do Instituto de Recursos Mundiais. http://www.wri.org/sites/default/files/pdf/environmental_and_social_policies_in_overseas_investments_china.pdf.

Lódola, Agustín, Rafael Brigo e Fernando Morral (2010). "Mapa de cadenas agroalimentarias de Argentina" in Cambios estructurales en las actividades agropecuarias: de lo primario a las cadenas globales de valor, Guillermo Anlló, Roberto Bisang e Guillermo Salvatierra, Eds. Santiago: CEPAL. <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3804/lcw350.pdf>.

Ministerio de Energía y Minas (2013), "Ministro Merino Destaca Importancia de Ciudad Nueva Morococha en Actividad Minera". Comunicado à imprensa, 5 de setembro. <http://www.minem.gob.pe/detallenoticia.php?idSector=1&idTitular=5659>.

Ministerio de Transportes y Comunicaciones (no date), "Ferrocarril Transcontinental Perú - Brasil (FETAB)". <http://www.mtc.gob.pe/portal/home/concesiones/FETAB.html>.

Ministério dos Transportes (2013), "Mapa Ferroviário PNV - 2013", <http://www2.transportes.gov.br/bit/03-ferro/6-mapas-ferro/ferro-tabela2013.pdf>.

Ojos Propios (2013). "Talleres en Morococha". <http://www.ojospropios.pe/index.php/talleres/item/156-talleres-en-morococha>.

Peters, Glen, Jan Minx, Christopher Weber e Ottmar Edenhofer (2011), "Growth in emission transfers via international trade from 1990 to 2008", *Minutas da Academia Nacional de Ciências*, 108(21): 8903-8908.

Ray, Rebecca (2015a, no prelo). "Working for the Panda: The Employment Impact of the China Boom in Latin America". Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper.

Ray, Rebecca (2015b, no prelo). "The Panda's Pawprint: The Environmental Impact of the China Boom in Latin America". Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper.

Rudas Lleras, Guillermo e Mauricio Cabrera Leal (2015, no prelo), "Colombia and China: Social and Environmental Impact of Trade and Foreign Direct Investment". Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper 2015-6.

Sanborn, Cynthia e Victoria Chonn (2015, no prelo), "Chinese Investment in Peru's Mining Industry: Blessing or Curse?". Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper 2015-9.

Saravia López, Alejandra e Adam Rua Quiroga (2015, no prelo), "An Assessment of the Environmental and Social Impacts of Chinese Trade and FDI in Bolivia", Boston: BU Global Economic Governance Initiative Working Paper 2015-3.

Schatan, Claudia e Diana Piloyan (2015, no prelo), "China in Mexico: Some Environmental and Employment Dimensions". Boston: Global Economic Governance Initiative Working Paper 15-8.

Smeraldi, Robert (2014). "Para sair da estaca zero", *Folha de São Paulo*, 26

de fevereiro. <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/02/1417853-roberto-smeraldi-para-sair-da-estaca-zero.shtml>.

Administração Florestal do Estado (2010). "A Guide on Sustainable Overseas Forests Management and Utilization by Chinese Enterprises". 26 de janeiro. <http://www.forestry.gov.cn/portal/main/s/224/content-401396.html>.

Tao, Hu (2013). "A Look at China's New Environmental Guidelines on Overseas Investments". Washington DC: Instituto de Recursos Mundiais. <http://www.wri.org/blog/2013/07/look-chinas-new-environmental-guidelines-overseas-investments>.

Timmer, Marcel P. (2012). "The World Input-Output Database (WIOD): Contents, Sources and Methods". WIOD Working Paper Number 10. <http://www.wiod.org/publications/papers/wiod10.pdf>.

Zador, Michel et al. (2015). "Ecosystem Profile: Tropical Andes Biodiversity Hotspot". Critical Ecosystem Partnership Fund. http://www.cepf.net/SiteCollectionDocuments/tropical_andes/Tropical_Andes_Profile_Draft.pdf.

AGRADECIMENTOS

Este Relatório sobre Políticas é produto de uma colaboração internacional entre diversas universidades que envolveu muitas pessoas e organizações. O relatório foi publicado pelo Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas, uma iniciativa que envolve diversas universidades e é coordenada pelo Centro de Pesquisas pela Transformação (CENIT) da Argentina, pelo Centro de Pesquisas da Universidade do Pacífico (CIUP) do Peru, pela Iniciativa de Governança Econômica Global da Universidade de Boston (GEGI) e pelo Instituto de Desenvolvimento Global e Meio Ambiente da Universidade de Tufts (GDAE).

A Fundação John D. e Catherine T. MacArthur e a Fundação Charles Stewart Mott disponibilizaram os recursos básicos para a pesquisa, publicação e divulgação deste relatório e o Fundo Rockefeller Brothers apoiou o trabalho realizado no México. Os editores do projeto gostariam de agradecer especialmente a Steve Cornelius, Jorgen Thomson e Christopher Holz da Fundação MacArthur, bem como a Amy Shannon, Traci Romaine e Sandra Smithey da Fundação Mott, por seu apoio e estímulo.

Andrés López da CENIT da Argentina e Kevin P. Gallagher da GEGI da Universidade de Tufts dos Estados Unidos foram os copresidentes do projeto. Agradecimentos especiais a Cynthia Sanborn, da Universidade do Pacífico, por ter disponibilizado um espaço para a realização de um workshop no Peru no qual cada um dos autores apresentou, pela primeira vez, os resultados da sua pesquisa de estudos de caso tanto em particular, entre eles, como em um grande simpósio realizado naquela universidade. A Cynthia é coautora do relatório e coeditará a versão mais completa desse esforço.

Cynthia Sanborn deseja agradecer a Anthony Bebbington, da Universidade de Clark, e a Fernando Romero (que trabalhou anteriormente na Oxfam GB) por estimular seu interesse na crescente presença de investidores chineses no setor extrativo da região, a Carol Wise da USC por estimular esta pesquisa em um contexto mais amplo e à coautora Victoria Chonn por compartilhar seus conhecimentos especializados sobre a China e por sua infinita paciência e trabalho duro. A assistente de pesquisa do CIUP Tania Ramirez também realizou um excelente trabalho no contexto deste estudo, enquanto o apoio administrativo prestado por Ingrid Vega foi indispensável para o desenvolvimento deste projeto e para a realização do workshop dos seus autores em Lima em 2014.

Gostaríamos também de agradecer a Cesar Gamboa da organização Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR) do Peru, a Denise Leung do Instituto de Recursos Mundiais (WRI) e a Hu Tao do Fundo Mundial da Natureza. Cada um desses especialistas tirou um tempo de suas agendas lotadas para participar do nosso workshop no Peru, no qual deram opiniões importantes sobre a minuta do relatório e a direção estratégica do projeto.

Gostaríamos de destacar o trabalho de Rebecca Ray, pesquisadora da GEGI, e agradecê-la pelos esforços extraordinários que envidou no desenvolvimento deste projeto. A Rebecca desempenhou um papel fundamental em todos os aspectos deste projeto: como coautora de um dos estudos de país; como a responsável pela realização da maior parte das análises feitas para este relatório; como editora chefe de um projeto maior de um livro que será publicado a partir deste projeto; e sempre como a principal gestora das muitas facetas administrativas envolvidas nesta colaboração internacional. Obrigado, Becky!

Na GEGI, agradecemos a Victoria Puyat, Christian Estrella e Jill Richardson por seu incansável trabalho de administrar a logística desta colaboração internacional e sua comunicação por meio da página

da GEGI na internet. Agradecemos também a Erin Coutts, Casey Kennedy, Jeronim Capaldo e Timothy Wise da GDAE por seu apoio e contribuições para o projeto.

Este relatório foi muito aprimorado em dois workshops nos quais apresentamos nossas conclusões preliminares. Paralelamente às negociações climáticas das Nações Unidas realizadas no Peru em novembro de 2014, conseguimos apresentar este trabalho para colher opiniões sobre ele na primeira reunião já realizada entre organizações não governamentais latino-americanas e chinesas que trabalham com as questões abordadas aqui. Em janeiro de 2015, apresentamos nossas conclusões em um workshop realizado no Instituto de Recursos Mundiais em Washington, DC. Agradecemos a Denise Leung e Athena Ronquillo-Ballesteros por nos receber no Instituto de Recursos Mundiais e a Paulina Garzón, Margaret Myers e outros que estavam lá e nos deram feedback sobre a nossa apresentação e rascunhos.



Global Economic Governance Initiative

The Frederick S. Pardee
School of Global Studies
at Boston University

121 Bay State Road,
Boston, MA 02215

+1 (617) 358-0988
bu.edu/gegi
gegi@bu.edu